



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação
Coordenadoria de Pesquisa e Acompanhamento Docente – CPAD
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Curricular

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO DE DISCIPLINAS

1. Curso: Direito		2. Código: 14 e 15	
3. Modalidade(s): Bacharelado(<input checked="" type="checkbox"/>) Licenciatura(<input type="checkbox"/>) Profissional(<input type="checkbox"/>) Tecnólogo(<input type="checkbox"/>)			
4. Currículo (Ano/Semestre): 2012.1			
5. Turno(s): <input checked="" type="checkbox"/> Diurno <input type="checkbox"/> Vespertino (<input type="checkbox"/>) <input checked="" type="checkbox"/> Noturno (<input checked="" type="checkbox"/>)			
6. Unidade Acadêmica: Faculdade de Direito			
7. Departamento: Direito Público			
8. Código PROGRAD: DB100			
9. Nome da Disciplina: Direito Administrativo II			
10. Pré-Requisitos: DB099 – Direito Administrativo I			
11. Carga Horária / Número de Créditos:			
Duração em Semanas: 16		Carga Horária Semanal: 04 h/a	
Semanas		Carga Horária Total: 64 h/a	
Teórica: <input checked="" type="checkbox"/> (X)		Prática: <input type="checkbox"/> ()	
Número de Créditos: 04		Semestre: 6º	
12. Caráter de Oferta da Disciplina: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória (X) <input type="checkbox"/> Optativa ()			
13. Regime da disciplina: <input type="checkbox"/> Anual() <input checked="" type="checkbox"/> Semestral (X)			
14. Justificativa: Impõe-se ao bacharelado em Direito, obrigatoriamente, conhecer temas nucleares à relação travada entre a Pública Administração e os seus Administrados, especialmente quando a atuação estatal pode causar-lhes prejuízos e interferir na garantia constitucional do Direito de Propriedade. É preciso, ainda, que o discente conheça o regime jurídico aplicável aos bens públicos, assim como estude as normas e princípios constitucionais que disciplinam os agentes públicos.			

15. Ementa:

I Serviço Público: concessão, permissão e autorização. II Responsabilidade Extracontratual do Estado. III Bens Públicos. IV. Intervenção do Estado: no domínio econômico e na propriedade privada. V. Regime Constitucional dos Agentes Públicos

16. Descrição do Conteúdo:

Unidades e Assuntos das Aulas Teóricas:	Semana	Nº de Horas-Aulas:
1. Serviços Públicos: características, titularidade, remuneração e execução. Aspectos legais. Concessão: conceito e espécies.	01/02	12
2 Responsabilidade Extracontratual do Estado. Distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual. Distinção entre Estado e Administração. Responsabilidade por ato lícito e ilícito. Responsabilidade por conduta omissiva ou comissiva. Conteúdo patrimonial da responsabilização estatal. Teorias e evolução do tema. Fundamento normativo aplicável. Pressupostos da responsabilidade estatal. Excludentes da responsabilidade. Minorantes da responsabilidade. Responsabilidade por Ato Legislativo. Responsabilidade por Ato Judicial. Responsabilidade por ato do Poder Executivo. Prazo. Direito de Regresso.	03/04	08
3. Bens Públicos. Domínio Patrimonial e Regime Jurídico. Classificação de Bens Públicos. Afetação e Desafetação. Formação do Patrimônio Público. Alienação de bens públicos. Uso privativo de bens públicos.	05/ 06/07 e 08	16
4 Intervenção no Estado: intervenção no domínio econômico. Intervenção na propriedade privada: fundamentos, requisição, tombamento, ocupação temporária, Servidão administrativa. Desapropriação.	09/10 e 11	18
5. Servidores Públicos	12,13,14,15 e 16	18
5. Prova.	16	02

17. Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 26ª ed. São Paulo, Malheiros, 2009;

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 35ª.ed. São Paulo,

Malheiros, 2009;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 21ª ed. São Paulo, Atlas, 2008;

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 18ª Ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2008;

18. Bibliografia Complementar:

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. 18ª.ed. Rio de Janeiro, Forense ,

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 14ª Ed.São Paulo, Saraiva,

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. 1ª ed. Belo Horizonte, Fórum,

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. 4ª Ed. São Paulo, Saraiva,

19. Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação realizada pelo docente será medida com base em prova escrita, objetiva e/ou subjetiva, sobre conteúdo previamente estabelecido.

Poderá o docente indicar outras formas de avaliação de acordo com o assunto abordado, tais como apresentações orais, trabalhos escritos ou testes específicos.

20. Observações:

--

21. Aprovação do Colegiado da Coordenação do Curso:	
Nº da ata da Reunião: ____/____	Data de Aprovação: : ____/____
 _____ Coordenador(a) de Curso (Assinatura e Carimbo)	

22. Aprovação do Colegiado Departamental:	
Nº da ata da Reunião: ____/____	Data de Aprovação: : ____/____
 _____ Chefe(a) do Departamento (Assinatura e Carimbo)	

23. Aprovação do Conselho de Centro / Faculdade / Instituto / Campus:	
Nº da ata da Reunião: ____/____	Data de Aprovação: : ____/____
 _____ Diretor(a) (Assinatura e Carimbo)	

23. Aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:	
Nº da ata da Reunião: ____/____	Data de Aprovação: : ____/____

Presidente(a) do Conselho
(Assinatura e Carimbo)